



Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Novembro/2015

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Concurso Público para provimento de cargos de Agente de Defensoria Pública Contador

Nome do Candidato
Caderno de Prova 'A13', Tipo 001

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-001

Nº do Documento
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



Fundação Carlos Chagas

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 8, considere o texto abaixo.

Em defesa da dúvida

Numa época em que tantos parecem ter tanta certeza sobre tudo, vale a pena pensar no prestígio que a dúvida já teve. Nos diálogos de Platão, seu amigo Sócrates pulveriza a certeza absoluta de seus contendores abalando-a por meio de sucessivas perguntas, que os acabam convencendo da fragilidade de suas convicções. Séculos mais tarde, o filósofo Descartes ponderou que o maior estímulo para se instituir um método de conhecimento é considerar a presença desafiadora da dúvida, como um primeiro passo.

Lendo os jornais e revistas de hoje, assistindo na TV a entrevistas de personalidades, o que não falta são especialistas infalíveis em todos os assuntos, na política, na ciência, na economia, nas artes. Todos têm receitas imediatas e seguras para a solução de todos os problemas. A hesitação, a dúvida, o tempo para reflexão são interpretados como incompetência, passividade, absenteísmo. É como se a velocidade tecnológica, que dá o ritmo aos nossos novos hábitos, também ditasse a urgência de constituirmos nossas certezas.

A dúvida corresponde ao nosso direito de suspender a verdade ilusória das aparências e buscar a verdade funda daquilo que não aparece. Julgar um fato pelo que dele diz um jornal, avaliar um problema pelo ângulo estrito dos que nele estão envolvidos é submeter-se à força de valores já estabelecidos, que deixamos de investigar. A dúvida supõe a necessidade que tem a consciência de se afastar dos julgamentos já produzidos, permitindo-se, assim, o tempo necessário para o exame mais detido da matéria a ser analisada. A dúvida pode ser o primeiro passo para o caminho das afirmações que acabam sendo as mais seguras, porque mais refletidas e devidamente questionadas.

(Cássio da Silveira, inédito)

1. A valorização da dúvida se deve ao fato de que ela

- (A) constitui o meio pelo qual se empreende uma contestação ilusória de verdades dadas como irrefutáveis.
- (B) vale-se astutamente de sua fragilidade como método para poder impor algumas verdades definitivas.
- (C) permite abrir um caminho para o conhecimento ao questionar verdades dadas como absolutas.
- (D) contribui para a valorização de verdades pré-estabelecidas por métodos seguros de conhecimento.
- (E) implica a tentativa de se chegar a um tipo de conhecimento cuja validade dispensa qualquer comprovação.

2. Diferentemente da maneira pela qual Sócrates e Descartes qualificavam a dúvida, o texto nos lembra que há

- (A) quem pulverize a certeza inabalável com que alguns afirmam seus pontos de vista, juízos e convicções.
- (B) aqueles que já de saída se apresentam como especialistas infalíveis em temas da política, da ciência, das artes.
- (C) aquele que se dispõe a se pronunciar sobre algum assunto depois de ter aberto várias hipóteses de abordagem.
- (D) quem sempre suspenda a verdade das aparências, não se furtando a questioná-las antes de aceitá-las.
- (E) quem se afaste de julgamentos definitivos para se deter sobre o que há de problemático numa matéria.

3. Considere as afirmações abaixo.

- I. Da leitura do 1º parágrafo pode-se deduzir que o método de conhecimento no qual a dúvida exerce um papel importante passou a ser mais reconhecido e utilizado em nossos dias, em função da complexidade da época que estamos atravessando.
- II. No 2º parágrafo, é patente o tom irônico com que o autor do texto faz referência aos *especialistas infalíveis em todos os assuntos*, ironia que se ratifica no segmento *Todos têm receitas imediatas e seguras para a solução de todos os problemas*.
- III. No 3º parágrafo, todos estes três segmentos referem ações a se **evitar**: *suspender a verdade ilusória das aparências*, *avaliar um problema pelo ângulo estrito dos que nele estão envolvidos* e *Julgar um fato pelo que dele diz um jornal*.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II.
- (E) III.



4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:
- (A) *pulveriza a certeza absoluta* (1º parágrafo) = aniquila a convicção imperiosa
 - (B) *ditasse a urgência* (2º parágrafo) = consumasse a precipitação
 - (C) *suspender a verdade ilusória* (3º parágrafo) = ir ao encontro da ilusão convincente
 - (D) *avaliar um problema pelo ângulo estrito* (3º parágrafo) = retificar uma questão aprimorando o foco
 - (E) *o exame mais detido da matéria* (3º parágrafo) = a prova mais recôndita da tese defendida
-
5. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Uma vez distanciados no tempo, Sócrates e Descartes são parceiros quanto a compartilharem ao mesmo prestígio que costumam atribuir ao valor da dúvida.
 - (B) Mesmo separados por séculos, os filósofos Sócrates e Descartes parecem acordes quanto ao valor que atribuem ao papel da dúvida na constituição do pensamento.
 - (C) Muito embora fossem distintos filósofos, é de se constatar que tanto Descartes quanto Sócrates alimentavam sobre as dúvidas a mesma convicção que lhes mantinha.
 - (D) Descartes e Sócrates, filósofos consagrados, em que pese o valor que se atribuíam às suas dúvidas, tinham estreita relação de pensamento quanto aquilo que lhes era comum.
 - (E) A par de serem distantes no tempo, ainda que compartilhando suas condições de filósofos, Descartes e Sócrates se identificavam por conta da dúvida que se nutriam.
-
6. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na seguinte frase:
- (A) Aos que vivem de apregoar certezas, diga-se que faria melhor duvidarem um pouco, pois a dúvida nunca faz mal ao rigor com que se ordena as ideias.
 - (B) Fazem-se notar nos jornais e revistas de hoje a convicção com que se manifestam as pessoas a propósito de tudo, como se jamais lhes faltassem competência para julgar o que quer que sejam.
 - (C) Tomam-se como presunção de incompetência as qualidades de quem hesita e reflete antes de agir, preferindo assim a dúvida à precipitação, a cautela ao aqodamento.
 - (D) Sempre haverá aqueles que prefiram relativizar suas análises, evitando assim, com a dúvida, que se emprestem aos preconceitos o peso que eles jamais poderiam ter.
 - (E) Não se confunda com a dúvida saudável e metódica as indecisões permanentes de quem jamais se habilitam a percorrer o caminho que leva às decisões finais.
-
7. Os tempos e modos verbais estão adequadamente correlacionados na completude da frase: *Se lêssemos os jornais e revistas de hoje com espírito crítico apurado pela dúvida,*
- (A) *muitos dos mais notórios preconceitos em que incorremos acabarão sendo evitados.*
 - (B) *evita-se a precipitação de julgamento com que estamos respondemos aos fatos.*
 - (C) *haveremos de compreender o quanto fôssemos injustos em nossas avaliações precipitadas.*
 - (D) *mais complexos acabariam por se revelar aqueles fatos que julgávamos tão cristalinos.*
 - (E) *as interpretações que vimos dando aos fatos acabarão sendo outras, mais justas.*
-
8. Admite **transposição para a voz passiva** a forma verbal da frase:
- (A) Tantos parecem estar certos sobre tudo.
 - (B) Sócrates pulverizava as certezas de seus interlocutores.
 - (C) As notícias em que costumamos acreditar são muitas vezes falsas.
 - (D) A dúvida corresponde a um legítimo direito nosso.
 - (E) A suspensão os preconceitos é um dos méritos da dúvida.



Atenção: Para responder às questões de números 9 a 15, considere o texto abaixo.

Campo e cidade

“Campo” e “cidade” são palavras muito poderosas, e isso não é de estranhar, se aquilatarmos o quanto elas representam na vivência das comunidades humanas. O termo inglês **country** pode significar tanto “país” quanto “campo”; **the country** pode ser toda a sociedade ou só a parte rural. Na longa história das comunidades humanas, sempre esteve bem evidente essa ligação entre a terra da qual todos nós, direta ou indiretamente, extraímos nossa subsistência, e as realizações da sociedade humana. E uma dessas realizações é a cidade: a capital, a cidade grande, uma forma distinta de civilização.

Em torno das comunidades existentes, historicamente bastante variadas, cristalizaram-se e generalizaram-se atitudes emocionais poderosas. O campo passou a ser associado a uma forma natural de vida – de paz, inocência e virtudes simples. À cidade associou-se a ideia de centro de realizações – de saber, de comunicações, de progresso. Também constelaram-se poderosas associações negativas: a cidade como lugar de barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação. Além disso, em nosso próprio mundo, entre os tradicionais extremos de campo e cidade existe uma ampla gama de concentrações humanas: subúrbio, cidade dormitório, favela, complexo industrial, centro tecnológico etc.

A visão que se pode ter do campo ou da cidade pode variar conforme a perspectiva pessoal. Vejam-se estes versos do poeta inglês Wordsworth, do século XIX, vindo do campo e chegando a Londres pela manhã, compostos a partir de sua primeira visão da cidade:

Nada há na terra de maior beldade:

(...)

Torres e cúpulas se elevam no ar

Em luminosa e suave majestade.

É bem verdade que se trata de uma visão da cidade antes da azáfama e do barulho do dia de trabalho; porém não há como não reconhecer esse sentimento de entusiasmo diante de um grande aglomerado de metas e destinos humanos.

(Adaptado de: WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**. Trad. Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 11)

9. A afirmação de que *Em torno das comunidades existentes (...) cristalizaram-se e generalizaram-se atitudes emocionais poderosas* (2º parágrafo) comprova-se e exemplifica-se em:

- I. O campo passou a ser associado a uma forma natural de vida – de paz, inocência e virtudes simples.
- II. À cidade associou-se a ideia de centro de realizações – de saber, de comunicações, de progresso.
- III. Também constelaram-se poderosas associações negativas: a cidade como lugar de barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação.

Atende ao enunciado o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, apenas.

10. Ao comparar a vida das comunidades humanas no campo e na cidade, o autor nos mostra que essas duas formas

- (A) se opõem definitivamente, uma vez que se associam a cada uma delas valores contrários estabilizados e permanentes.
- (B) se complementam na história da humanidade, dado que se alternam no cumprimento das mesmas funções.
- (C) sofrem fortes associações negativas, por conta da crítica que se faz contra o que há de destrutivo no progresso.
- (D) apresentam apenas vantagens para quem opta por um cotidiano marcado pela ambição e pelo dinamismo.
- (E) se avaliam de modo relativo, uma vez que se pode associar a cada uma delas qualidades positivas e negativas.



11. A citação dos versos do poeta Wordsworth e o comentário que a ela se segue reforçam o que se afirma em
- (A) *O campo passou a ser associado a uma forma natural de vida*, sobretudo quando se pensa no que há de atropelo na vida que se leva nas grandes cidades.
 - (B) **the country** *pode ser toda a sociedade ou só a parte rural*, já que é essa a sensação confusa vivida pelo poeta à porta da grande cidade.
 - (C) *existe uma ampla gama de concentrações humanas*, tal como pode constatar aquele que chega do campo e se depara com o gigantismo de uma capital.
 - (D) *a cidade como lugar de barulho, mundanidade e ambição*, ao mesmo tempo em que se reconhecem nela a azáfama e as agitações que a tantos deprimem.
 - (E) *A visão (...) da cidade pode variar conforme a perspectiva pessoal*, sendo possível ver nas edificações urbanas uma alta e incomparável beleza.
-
12. Sem prejuízo para o sentido da frase, o elemento sublinhado pode ser substituído pelo que está entre parênteses em:
- (A) *isso não é de estranhar*, se aquilatarmos o quanto elas representam na vivência das comunidades humanas (**ainda que relativizemos**)
 - (B) À cidade associou-se a ideia de centro de realizações (**Se acobertou na cidade**)
 - (C) A visão (...) *pode variar* conforme a perspectiva pessoal (**não obstante o ponto de vista**)
 - (D) É bem verdade que se trata de uma visão da cidade antes da azáfama (**Está patente que se fala**)
 - (E) porém não há como não reconhecer esse sentimento de entusiasmo (**ainda que não se constate**)
-
13. Ao flexionar-se, o verbo indicado entre parênteses deve concordar com o elemento sublinhado na seguinte frase:
- (A) Não (**ser**) de estranhar que haja tantas opiniões contraditórias acerca da vida na cidade ou no campo.
 - (B) É difícil evitar que se (**constelar**), em torno da cidade, muitas associações negativas.
 - (C) Em nossa época se (**crystalizar**) juízos mais favoráveis à vida no campo do que à da cidade.
 - (D) Não (**propiciar**) uma visão harmônica da cidade os vários ritmos impostos pelo progresso.
 - (E) (**Ressaltar**) nos versos do poeta Wordsworth sua admiração pelos ícones arquitetônicos de Londres.
-
14. Considere as construções abaixo.
- I. Ele pesquisa o transporte público nas grandes cidades, onde convivem meios obsoletos e avançados.
 - II. A preferência pela vida no campo tende a diminuir, em função das ofertas de trabalho que há na cidade.
 - III. Num passado recente, ninguém imaginaria que confortos da cidade viessem a se oferecer na vida do campo.
- A exclusão da vírgula **altera o sentido** do que se enuncia APENAS em
- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e III.
 - (E) II e III.
-
15. **Ambos** os termos sublinhados são exemplos de uma mesma função sintática na frase:
- (A) “Campo” e “cidade” são palavras muito poderosas.
 - (B) O termo inglês **country** *pode significar tanto “país” quanto “campo”*.
 - (C) *uma dessas* realizações *é a* cidade.
 - (D) O campo *passou a ser associado a uma forma natural* de vida.
 - (E) *entre os* tradicionais *extremos de campo e cidade existe uma* ampla gama de concentrações humanas.



Atenção: Para responder às questões de números 16 a 20, considere o texto abaixo.

Barbárie e civilização

Em 1777, o ferino filósofo francês Voltaire escreveu:

“O mundo começa a civilizar-se um pouco; mas que ferrugem espessa, que noite grosseira, que barbárie dominam ainda certas províncias, sobretudo entre os probos agricultores tão louvados em elegias e élogos, entre lavradores inocentes e vigários de aldeia, que por um escudo arrastariam os irmãos para a prisão e vos apedrejariam se duas velhas, vendo-vos passar, exclassem: herege!

O mundo está melhorando um pouco; sim, o mundo pensante, mas o mundo bruto será ainda por muito tempo um composto de animais, e a canalha será sempre de cem para um. É para ela que tantos homens, mesmo com desdém, mostram compostura e dissimulam; é a ela que todos querem agradar; é dela que todos querem arrancar vivos; é para ela que se realizam cerimônias pomposas; é só para ela, enfim, que se faz do suplício de um infeliz um grande e soberbo espetáculo” (O preço da justiça. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 29-30)

16. Voltaire não hesita, ao considerar o grau de civilização em que encontra sua época, em

- (A) suprimir quaisquer preconceitos contra as classes populares, notadamente as mais laboriosas.
- (B) enaltecer a aristocracia, escudado tão somente no argumento de que a nobreza está no sangue.
- (C) manifestar seu desprezo pelos que julga néscios, responsabilizados pela prática e expansão da barbárie.
- (D) atribuir aos clérigos e fanáticos religiosos a responsabilidade pelo atraso nas letras e no pensamento.
- (E) declarar sua admiração pelos camponeses que se conservam humildes e honestos a despeito de sua classe.

17. Voltaire associa a quem se manifesta pela acusação de **herege** e pela saudação dos **vivas**

- (A) o direito à manifestação pública, desde que interpretada como insensata ou injusta.
- (B) a motivação irrefletida dos grosseiros que acatam a acusação leviana e aplaudem a barbárie.
- (C) o entusiasmo das massas, quando inflamadas pela fé ou pela opinião de quem difunde a cultura erudita.
- (D) a facilidade com que mesmo as criaturas pensantes incorrem no vício de seguir a opinião alheia.
- (E) a vantagem que leva sobre as demais criaturas, ao fazer valer a virtude de seu descortino crítico.

18. Considere as afirmações abaixo.

- I. Nas expressões *probos agricultores* e *lavradores inocentes*, os qualificativos devem ser entendidos, em função do contexto, como manifestações da ironia de Voltaire.
- II. Voltaire acusa o idealismo de poetas que louvam em suas élogos ou elegias criaturas que de fato ele reconhece como bárbaros ou grosseiros.
- III. Ao se valer da expressão *suplício de um infeliz*, Voltaire está se referindo às provações que sofre um homem culto diante das manifestações de barbárie.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

19. Está plenamente clara e correta a **redação** da seguinte frase:

- (A) Voltaire não hesita em quantificar a preponderância dos homens grosseiros sobre os pensantes, ao se valer da expressão *a canalha será sempre de cem para um*.
- (B) Ao se pautar na expressão *a canalha será sempre de cem para um*, cujo sentido óbvio é o de apontar a supremacia desta sobre os demais.
- (C) A expressão *a canalha será sempre de cem para um* refere-se ao quanto Voltaire imagina de que os incultos são muito mais voluntariosos que os outros pensantes.
- (D) Para não deixar dúvida em matéria de proporção, quem são os pensantes, Voltaire afirma que estes se reduzem a um por cada cem dos demais.
- (E) Para cada cem pessoas grosseiras, propõe Voltaire que apenas uma é mais pensante, atestando-se assim a hegemônica atuação de uns poucos sobre todos os demais.



20. Estão adequadas **ambas** as construções pronominais indicadas entre parênteses, como alternativas válidas, no contexto, para as expressões sublinhadas em:
- (A) Voltaire atribui aos grosseiros (**atribui-lhes**) a responsabilidade por aplaudirem a barbárie (**lhe aplaudirem**).
 - (B) As velhas acusam a vítima (**acusam-lhe**) de herege e os bárbaros seguem as velhas (**seguem-nas**) em seu preconceito.
 - (C) Os poetas idealistas louvam os camponeses (**lhes louvam**), ignorando os defeitos deles (**ignorando-lhes os defeitos**).
 - (D) Muitos homens querem agradar as massas (**as agradar**), não hesitando em cortejar as mesmas (**cortejar-lhes**).
 - (E) Para que aprimoremos a civilização (**a aprimoremos**), é preciso prestigiar os pensantes (**prestigiá-los**).

Noções de Informática

21. Um usuário do editor de texto Microsoft Word 2007 acionou a opção de imprimir um documento, sendo que a janela que se abre em decorrência dessa ação oferece algumas opções de Intervalo de Páginas a serem impressas. Duas dessas opções são
- (A) Arquivo e Lista.
 - (B) Página atual e Seleção.
 - (C) Pasta e Estilo.
 - (D) Manual e Comentários.
 - (E) Página Simples e Automático.
22. No editor de texto Microsoft Word 2007, um usuário selecionou certo texto (T1) e aplicou a formatação Negrito. Logo em seguida, selecionou outro texto (T2) sem qualquer formatação e digitou a tecla F4. O resultado dessa ação será:
- (A) O texto T2 será excluído do documento.
 - (B) O texto T2 será duplicado.
 - (C) O parágrafo onde T2 se localiza assumirá o estilo Normal.
 - (D) O texto T2 assumirá a formatação Negrito.
 - (E) O parágrafo onde T2 se localiza terá seu nível de recuo aumentado.
23. Paulo, um usuário do Microsoft Excel 2007 necessita alterar o modo de exibição de sua planilha. Para isso, o Excel 2007 tem 3 modos de exibição pré-formatados. Dois desses modos são
- (A) Normal e *Layout* de Página.
 - (B) Simples e Visualizar Quebras de Página.
 - (C) Básico e Impressão Rápida.
 - (D) Principal e Impressão Simples.
 - (E) Temporário e Visualização Completa.

24. Ana precisa fazer algumas operações com caracteres e números em sua planilha do Microsoft Excel 2007. Para tanto, inseriu as duas funções a seguir, em duas células distintas:

=DIREITA("canetas";4) e =ESQUERDA("celular";3)

O resultado obtido por Ana para essas duas funções será, respectivamente,

- (A) 4 e 3
 - (B) ***etas e cel****
 - (C) 3 e 4.
 - (D) can e celu.
 - (E) etas e cel.
25. Um usuário do Microsoft Excel 2007 deseja imprimir uma planilha, repetindo algumas linhas da planilha na parte superior e algumas colunas dessa mesma planilha à esquerda do texto impresso. Se o objetivo for repetir as colunas A e B e as linhas 1, 2 e 3, a forma correta de se representar tal especificação é
- (A) &A-&B e &1-&3
 - (B) %A/%B e %1/%3
 - (C) #A*#B e #1*#3
 - (D) @A>@B e @1>@3
 - (E) \$A:\$B e \$1:\$3



26. Carlos Alberto precisa publicar alguns vídeos no YouTube. Ele sabe, que alguns dos formatos de arquivo de vídeo compatíveis com YouTube são os que possuem extensões
- (A) WMV, CDR, FLV e MOV.
 - (B) MOV, WMV, FLV e AVI.
 - (C) CDR, JPEG, MPEG e WMA.
 - (D) AVI, JPEG, JPG e MOV.
 - (E) WMA, MP3, MPEG e MOV.
-
27. Alguns *spammers* (agentes que enviam *spam*) enviam mensagens fraudulentas que tentam fazer com que você compartilhe informações pessoais, como senhas ou números de cartões de crédito. O Gmail, por exemplo, além de mover essas mensagens para a caixa SPAM, informa o que você precisa saber: "Os criadores de *spams* conseguem enviar mensagens que parecem ser de uma pessoa ou empresa que você conhece. Eles conseguem até invadir contas de *e-mail* e enviar mensagens delas. Portanto, tenha cuidado com essas mensagens, mesmo se você conhecer o remetente". Essa prática chama-se *phishing*. Além do referido cuidado, outra recomendação do Gmail é que você
- (A) evite clicar em *links* nessas mensagens e que não as responda.
 - (B) responda ao remetente, com cuidado, informando o fato a ele.
 - (C) envie a mensagem a vários amigos e veja o que eles pensam a respeito.
 - (D) clique nos eventuais *links* que estão no corpo da mensagem para ver se realmente é um *phishing*.
 - (E) envie a mensagem a um outro endereço de seu *e-mail* e faça lá os testes de leitura e cliques nos *links*.
-
28. Albertina notou que o seu computador passava por certa degradação e, aparentemente, estava esquentando além da temperatura regular. Alguns amigos disseram a ela que tal comportamento poderia comprometer o processador. Aconselham-na a avaliar o dispositivo que, em conjunto com o dissipador de temperatura, evita o superaquecimento do processador, para ver se estava funcionando adequadamente. Corretamente, ela procedeu à verificação e manutenção
- (A) da fonte.
 - (B) da bateria.
 - (C) do *chipset*.
 - (D) do *cooler*.
 - (E) do *clock*.
-
29. Para fazer um *backup* seguro de seus arquivos um internauta usou um serviço da Google que se baseia no conceito de computação em nuvem, pois poderá armazenar arquivos através deste serviço e acessá-los a partir de qualquer computador ou outros dispositivos compatíveis, desde que ligados à internet, com toda garantia de guarda dos dados, segurança e sigilo, por contrato de uso. Além disso, tal serviço disponibiliza vários aplicativos via *on-line*, sem que esses programas estejam instalados no computador da pessoa que os utiliza. Trata-se do Google
- (A) *Blogger*.
 - (B) *Chrome*.
 - (C) *Backup*.
 - (D) *Schedule*.
 - (E) *Drive*.
-
30. No Windows 7, uma das formas de saber o tamanho de um arquivo ou pasta é clicar sobre o nome deles com o botão direito do *mouse* (padrão) e, na janela apresentada, escolher
- (A) Tamanho.
 - (B) Propriedades.
 - (C) Editar.
 - (D) Conteúdo.
 - (E) Detalhes.

**Conhecimentos Jurídicos e Institucionais**

31. Verônica, funcionária da Defensoria Pública do Estado que tem a posse de um telefone celular de propriedade da Defensoria Pública, pelo qual é responsável, em determinado dia de trabalho ao sair para almoçar esqueceu este telefone em cima de sua mesa de trabalho. Vagner, seu colega de trabalho na mesma função, nota o descuido e subtrai o aparelho celular. Nesta situação hipotética, diante do Código Penal brasileiro é correto afirmar que Verônica
- (A) e Vagner cometeram crime de peculato, se sujeitando às mesmas penalidades, pois ambos concorreram para o crime.
 - (B) cometeu o crime de peculato mediante erro de outrem enquanto Vagner cometeu o crime de peculato doloso.
 - (C) não cometeu nenhum crime e Vagner cometeu o crime de peculato, pois se apropriou de bem móvel público de que tem a posse em razão do cargo em proveito próprio ou alheio.
 - (D) não cometeu nenhum crime e Vagner cometeu o crime de peculato culposo.
 - (E) cometeu o crime de peculato culposo e Vagner cometeu o crime de peculato, pois ele não estava em posse do bem, mas mesmo assim o subtraiu, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.
-
32. Marcelo, funcionário público da Defensoria Pública, é responsável por organizar a fila de atendimento ao público. Ao encontrar seu amigo Pedro, que pretende ser atendido na Defensoria, diz que pode fazer com que ele seja o primeiro a ser atendido, embora Pedro não tenha chegado primeiro e sequer tenha algum motivo justo para isso. Pedro se interessa, mas Marcelo solicita cem reais em dinheiro para fazer isso e afirma que, se Pedro não quiser pagar, não tem problema, apenas terá que aguardar seu lugar correto na fila. Nesta situação, Marcelo
- (A) cometeu o crime de corrupção passiva por ter solicitado para si vantagem indevida em razão de sua função.
 - (B) cometeu o crime de concussão por ter exigido para si vantagem indevida em razão de sua função.
 - (C) cometeu o crime prevaricação, pois beneficiou terceiro por ser seu amigo.
 - (D) não cometeu nenhum crime, pois seu amigo não se manifestou quanto a aceitação no ato de pagar o valor para ajuda de custo.
 - (E) cometeu o crime de advocacia administrativa pois patrocinou diretamente interesse privado perante a Administração pública valendo-se da qualidade de funcionário.
-
33. Considere as seguintes condutas:
- I. Facilitar a revelação de fato que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo.
 - II. Solicitar vantagem indevida para revelar informações sigilosas que só tenha acesso por conta de seu cargo a terceiros interessados.
 - III. Exigir vantagem indevida para revelar informações sigilosas que só tenha acesso por conta de seu cargo.
 - IV. Permitir ou facilitar, mediante atribuição, fornecimento e empréstimo de senha ou qualquer outra forma, o acesso de pessoas não autorizadas a sistemas de informações ou banco de dados da Administração pública.
- Um funcionário público cometerá o crime de violação de sigilo funcional, nas condutas indicadas APENAS em
- (A) II e III.
 - (B) I e III.
 - (C) I e IV.
 - (D) III e IV.
 - (E) II e IV.



34. Prefeito de uma cidade que tem a posse de veículo público oficial para se locomover por ocasião de sua função, passou a utilizar o veículo para fins particulares. Diante disso, com base na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), o referido Prefeito
- (A) cometeu ato de improbidade administrativa estando sujeito a proibição de contratar com o Poder Público, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.
 - (B) cometeu ato de improbidade administrativa estando sujeito a suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos.
 - (C) não cometeu ato de improbidade administrativa, uma vez que esta conduta é permitida aos agentes públicos.
 - (D) cometeu ato de improbidade administrativa estando sujeito a suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos.
 - (E) cometeu ato de improbidade administrativa estando sujeito a proibição de contratar com o Poder Público, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos.

35. Quanto à definição de agente público, com base de na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), considere os itens abaixo:

- I. Agente público pode ser pessoa que esteja transitoriamente trabalhando em repartição pública.
- II. São agentes públicos as pessoas que embora não recebam remuneração exercem sua função em qualquer organização civil, ainda que essa organização não receba dinheiro público.
- III. São agentes públicos as pessoas que recebem remuneração e exerçam sua função em qualquer organização civil, ainda que essa organização não receba dinheiro público.
- IV. São agentes públicos os chefes do Poder Executivo em todos os níveis da federação.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) I e II.

36. Mauro praticou ato de improbidade administrativa por ter negado publicidade de atos oficiais (art. 11, IV da Lei de Improbidade Administrativa, Lei nº 8.429/1992), e por esta mesma Lei está sujeito às seguintes sanções:

- I. Suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos.
- II. Suspensão do recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de oito anos.
- III. Ressarcimento integral do dano, se houver.
- IV. Perda da função pública.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) II e IV.

37. O Ato Normativo DPG nº 55 de 2011 dispõe sobre diversas competências e direitos aos usuários dos recursos da Tecnologia da Informação e Comunicação disponibilizados pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, EXCETO:

- (A) Informar à Coordenadoria de Tecnologia de Informação sobre eventuais necessidades de intervenções técnicas, para reparos ou configurações, visando à boa gestão dos recursos.
- (B) Garantir o uso adequado de recursos de TIC sob sua guarda, observando as regras e procedimentos previamente definidos.
- (C) Zelar pela integridade dos recursos de TIC sob sua responsabilidade, resguardado o auxílio e acesso a orientações pela Coordenadoria de Tecnologia de Informação.
- (D) Zelar para que a senha e o certificado digital, que são de uso coletivo de todos os funcionários de cada setor, não sejam transferidos a funcionários de outros setores.
- (E) Acessar os serviços de *e-mail* podendo solicitá-los à Coordenadoria de Tecnologia de Informação através do suporte ao usuário.



38. Funcionário da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, preocupado com a sua avaliação de desempenho, analisa o Ato Normativo DPG nº 23/2009 e descobre que
- (A) assiduidade e disciplina são critérios da avaliação de desempenho que deverá ser realizada até o dia 31 de dezembro de cada ano.
 - (B) capacidade de iniciativa e produtividade são critérios da avaliação de desempenho, desta avaliação não caberá recurso administrativo.
 - (C) produtividade e responsabilidade são critérios da avaliação de desempenho, desta avaliação caberá recurso administrativo.
 - (D) responsabilidade e organização são critérios da avaliação de desempenho, desta avaliação não caberá recurso administrativo.
 - (E) responsabilidade e organização são critérios de avaliação que deverá ser realizada até o dia 31 de dezembro de cada ano.
-
39. Hoje faz dois meses que Fernanda, servidora efetiva de Defensoria Pública do Estado de São Paulo, foi punida pela primeira vez em sua carreira. A pena aplicada foi advertência por escrito por ter descumprido determinado dever funcional. Caso descumpra novamente esse mesmo dever funcional Fernanda estará sujeita, conforme a Deliberação da CSDP nº 111 de 2009, à pena de
- (A) advertência por escrito, que deverá constar no prontuário de Fernanda, mas não poderá ser publicada no Diário Oficial, ainda que seja decisão definitiva.
 - (B) suspensão por até noventa dias, que constará no prontuário de Fernanda e será publicada no Diário Oficial se for decisão definitiva.
 - (C) censura, que constará no prontuário de Fernanda, mas não poderá ser publicada no Diário Oficial, ainda que seja decisão definitiva.
 - (D) suspensão por até noventa dias, que constará do prontuário de Fernanda, mas não poderá ser publicada no Diário Oficial, ainda que seja decisão definitiva.
 - (E) censura, que constará no prontuário de Fernanda cuja decisão definitiva será publicada no Diário Oficial.
-
40. Sobre sindicância e processo administrativo, que dispõe a Deliberação CSDP nº 111, de 09 de janeiro de 2009, considere as afirmativas abaixo.
- I. Durante a sindicância ou processo administrativo o Defensor Público-Geral do Estado, por representação do Corregedor-Geral, poderá afastar o sindicado ou indiciado do exercício do cargo, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens, desde que demonstrada a necessidade da medida para a garantia de regular apuração dos fatos.
 - II. Durante a sindicância ou processo administrativo o Defensor Público-Geral do Estado, por representação do Corregedor-Geral, poderá afastar o sindicado ou indiciado do exercício do cargo, com prejuízo de seus vencimentos e vantagens, desde que demonstrada a necessidade da medida para a garantia de regular apuração dos fatos.
 - III. O afastamento do sindicado ou indiciado não excederá 30 dias, podendo, excepcionalmente, ser prorrogado por até 90 dias mediante decisão do Defensor Público-Geral do Estado.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) III.
 - (B) II e III
 - (C) II.
 - (D) I e III.
 - (E) I.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41. No dia 01/12/2014 uma empresa obteve um empréstimo no valor total de R\$ 20.000.000,00 que será liquidado em uma única parcela (principal e juros) em 01/12/2019. A taxa de juros contratada foi 1,5% ao mês e a instituição financeira cobrou, adicionalmente na data do início da operação, custos de transação no valor total de R\$ 600.000,00. O custo efetivo da operação, em função dos custos de transação, foi 1,55% ao mês.

O valor total da despesa com encargos financeiros apropriada pela empresa no resultado de 2014 foi, em reais,

- (A) 310.000,00.
- (B) 300.700,00.
- (C) 910.000,00.
- (D) 319.300,00.
- (E) 291.000,00.

42. No dia 31/12/2013 a empresa *Brinquedos Inocentes S.A.* realizou vendas de mercadorias no valor total de R\$ 1.050.000,00, sendo que R\$ 500.000,00 foram vendidos à vista e o saldo remanescente para recebimento em 31/12/2014. Na data da venda a empresa estava praticando a taxa de juros de 10% ao ano nas suas vendas a prazo.

Exclusivamente em relação às vendas efetuadas em 31/12/2013, a empresa deveria reconhecer:

- (A) Receita de Vendas no valor de R\$ 1.050.000,00 no resultado do ano de 2013.
- (B) Receita de Vendas no valor de R\$ 500.000,00 no resultado do ano de 2013 e Receita de Vendas no valor de R\$ 550.000,00 no resultado do ano de 2014.
- (C) Receita de Vendas no valor de R\$ 1.000.000,00 no resultado do ano de 2013 e Receita Financeira no valor de R\$ 50.000,00 no resultado do ano de 2014.
- (D) Receita de Vendas no valor de R\$ 525.000,00 no resultado do ano de 2013 e Receita de Vendas no valor de R\$ 525.000,00 no resultado do ano de 2014.
- (E) Receita de Vendas no valor de R\$ 1.000.000,00 no resultado do ano de 2013 e Receita Financeira no valor de R\$ 50.000,00 no resultado do ano de 2013.

43. Uma empresa adquiriu um equipamento de produção pelo valor de R\$ 2.400.000,00 que foi pago à vista. A aquisição ocorreu em 30/06/2013, data em que o ativo foi colocado em uso, e a empresa definiu a vida útil do equipamento em 50.000 horas de produção. O valor residual do equipamento no final da vida útil definida era R\$ 300.000,00. Sabendo que a empresa calcula a despesa de depreciação do equipamento em função das horas de produção, que até 31/12/2014 o equipamento havia sido utilizado na produção por 15.000 horas e que a vida útil para fins fiscais é definida em 10 anos, o valor contábil para este equipamento que deveria ser evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2014 para fins societários era, em reais,

- (A) 2.400.000,00.
- (B) 1.680.000,00.
- (C) 1.470.000,00.
- (D) 1.770.000,00.
- (E) 2.040.000,00.

44. Uma empresa realizou no ano de 2013 as aplicações financeiras cujas características são apresentadas na tabela abaixo.

Data da aplicação	Valor aplicado (R\$)	Taxa de juros	Data de vencimento	Classificação dos títulos pela empresa
01/10/2013	500.000,00	1,0%a.m.	01/12/2016	Mantidos até o vencimento
01/11/2013	400.000,00	0,9%a.m.	01/12/2018	Destinados para venda imediata
01/12/2013	300.000,00	1,3%a.m.	01/12/2018	Destinados para venda futura

Os valores justos destas aplicações, em 31/12/2013, eram os seguintes:

Classificação dos títulos pela empresa	Valor Justo (R\$)
Mantidos até o vencimento	516.000,00
Destinados para venda imediata	410.000,00
Disponível para venda futura	302.000,00

Todas as aplicações remuneraram juros compostos por dia corrido. Adotando-se que os meses são de 30 dias corridos, o valor total que impactou o resultado do ano de 2013, correspondente às três aplicações realizadas no ano, foi, em reais,

- (A) 28.000,00.
- (B) 26.282,90.
- (C) 27.132,40.
- (D) 27.150,50.
- (E) 29.050,50.



45. Um lote de mercadorias foi adquirido de um fornecedor no exterior pelo valor correspondente a R\$ 1.000.000,00. Adicionalmente a empresa pagou os seguintes valores para ter as mercadorias em condições de venda:
- R\$ 125.000,00 de frete, incluindo o transporte marítimo para trazer a mercadoria do País de origem e também o transporte local até a empresa.
 - R\$ 40.000,00 de taxas e tarifas alfandegárias para ingresso das mercadorias no País.
 - R\$ 25.000,00 de impostos, sendo que deste total o valor de R\$ 15.000,00 corresponde a impostos compensáveis pela empresa na ocasião da venda da mercadoria.
- A empresa não tinha saldo de estoque antes desta compra e vendeu oitenta por cento (80%) do lote adquirido. O valor contabilizado como Custo das Mercadorias Vendidas no momento da venda, exclusivamente em relação à parcela deste lote vendida foi, em reais,
- (A) 800.000,00.
 - (B) 952.000,00.
 - (C) 940.000,00.
 - (D) 932.000,00.
 - (E) 852.000,00.
-
46. Determinado ente público, no mês de novembro de 2014, empenhou despesa no valor de R\$ 23.500,00 com aquisição de diversos materiais de almoxarifado. Os materiais juntamente com a nota fiscal de venda foram entregues pelo fornecedor no dia 30 de dezembro de 2014, sem tempo hábil, por parte do ente público, para verificação da liquidação da despesa no próprio exercício. Com relação ao reconhecimento da despesa, sob o aspecto orçamentário, tem-se:
- (A) O empenho da despesa será cancelado no exercício de 2014 e reemitido no exercício financeiro de 2015, após a confirmação de sua liquidação.
 - (B) A despesa será reconhecida no exercício financeiro de 2014 e inscrita ao final do referido exercício em restos a apagar não processados.
 - (C) A despesa será reconhecida no exercício financeiro de 2015 e a obrigação exigível reconhecida no exercício financeiro de 2014.
 - (D) A despesa será reconhecida no exercício de 2015, após a confirmação de sua liquidação e pagamento.
 - (E) O empenho da despesa será cancelado no exercício de 2014 e reemitido em 2015, onerando o elemento “despesas de exercícios anteriores”.
-
47. Com o objetivo de evidenciar o impacto no patrimônio, a contabilidade deve registrar a variação patrimonial, resultante ou independentemente da execução orçamentária. No que tange aos regimes da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, no Balanço
- (A) Orçamentário, a receita orçamentária é reconhecida pelo regime de caixa independentemente do exercício financeiro que ocorreu o fato gerador.
 - (B) Patrimonial, a receita orçamentária é reconhecida pelo regime de competência e a variação patrimonial aumentativa pelo regime de caixa.
 - (C) Financeiro, a receita orçamentária é reconhecida pelo regime misto, quando se referir ao fato gerador de exercício financeiro anterior a sua arrecadação
 - (D) Patrimonial, a receita e a despesa orçamentária são reconhecidas pelo regime de caixa.
 - (E) Orçamentário, a receita e a despesa orçamentária são reconhecidas pelo regime de competência.
-
48. A Autarquia Hospitalar Municipal Dra. Santa Isabel recebeu em doação duas ambulâncias novas do governo do Estado, para remoção de pacientes em estado grave. Considerando a estrutura do sistema contábil, nos termos das Normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a doação recebida tem registro contábil
- (A) no ativo circulante do Balanço Patrimonial.
 - (B) na receita de capital evidenciada no Balanço Orçamentário.
 - (C) no passivo não circulante do Balanço Patrimonial.
 - (D) no subsistema de informações patrimonial.
 - (E) na receita de capital evidenciada na Demonstração das Variações Patrimoniais.
-
49. No Balanço Financeiro do exercício de 2014 de determinada entidade do setor público, as receitas extraorçamentárias totalizaram R\$ 2.750.000,00. No âmbito da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, entre outras, são contabilizadas como receitas extraorçamentárias, a seguinte transação:
- (A) o cancelamento de restos a pagar.
 - (B) a contratação de operações de crédito por antecipação da receita orçamentária.
 - (C) a arrecadação de receita de aluguel não prevista na Lei Orçamentária.
 - (D) o desconto financeiro obtido.
 - (E) o ganho com alienação de bens móveis.



Atenção: Para responder às questões de números 50 a 52, considere a classificação orçamentária das seguintes receitas arrecadadas, por determinado ente público, no mês de setembro de 2015 (Valores em reais):

– Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Bens e Direitos – ITCMD	520.000,00
– Aluguéis	190.000,00
– Cota Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	210.000,00
– Taxa pela Prestação de Serviço	150.000,00
– Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA	780.000,00
– Remuneração de Depósitos Bancários	120.000,00
– Alienação de Bens Imóveis	300.000,00
– Dívida Ativa do IPVA	430.000,00
– Cota Parte do IPI – Estados Exportadores de Produtos Industrializados	270.000,00
– Indenizações e Restituições	90.000,00
– Concessão e Permissão – Serviços de Transportes	230.000,00
– Multas e Juros de Mora do IPVA	130.000,00

50. As receitas tributárias arrecadadas totalizam, em reais,

- (A) 2.010.000,00
- (B) 1.300.000,00
- (C) 1.580.000,00
- (D) 1.720.000,00
- (E) 1.450.000,00

51. O montante da arrecadação das receitas patrimoniais foi de, em reais,

- (A) 310.000,00
- (B) 420.000,00
- (C) 540.000,00
- (D) 630.000,00
- (E) 840.000,00

52. A arrecadação das receitas classificadas como “outras receitas correntes” foi de, em reais,

- (A) 560.000,00
- (B) 90.000,00
- (C) 520.000,00
- (D) 220.000,00
- (E) 650.000,00

53. No âmbito da Administração direta dos Estados, a Lei Complementar nº 101/2000 abrange, entre outros, o

- (A) Poder Executivo e o Poder Legislativo, neste incluído o Tribunal de Contas e o Ministério Público.
- (B) Ministério Público, as autarquias, as fundações e as empresas públicas e de economia mista.
- (C) Poder Executivo, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e as empresas estatais dependentes.
- (D) Ministério Público, as autarquias, as fundações e as empresas estatais dependentes.
- (E) Poder Executivo, o Ministério Público e as empresas públicas e de economia mista.



54. No Balanço Patrimonial do exercício de 2014 de determinado Estado da região Nordeste do Brasil, o ativo e passivo apresentou o valor de R\$ 816.750.000,00. Com relação à classificação dos elementos patrimoniais, os
- (A) ativos e passivos devem ser classificados como circulantes quando corresponderem a valores realizáveis ou exigíveis até doze meses da data do seu fato gerador.
 - (B) ativos e passivos devem ser classificados como circulante quando tiverem a expectativa de realização ou pagamento até o final do primeiro semestre do exercício subsequente.
 - (C) passivos devem ser classificados como não circulantes quando corresponderem a valores exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.
 - (D) ativos devem ser classificados como circulante quando satisfizerem a um dos seguintes critérios: estiverem disponíveis para realização imediata; e tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.
 - (E) ativos devem ser classificados como não circulante quando tiverem a expectativa de realização até dezoito meses da data do seu fato gerador.

Atenção: Para responder às questões de números 55 a 57, considere as seguintes informações, relativamente às receitas e às despesas orçamentárias (Valores em reais):

Determinado ente público no período de janeiro a dezembro de 2014 realizou as seguintes transações:

– Receitas Correntes Arrecadadas	1.150.000,00
– Empenho de despesa com a Folha de Pagamento dos Servidores Ativos	350.000,00
– Empenho de despesa com a Construção de Pontes e Viadutos	260.000,00
– Anulação de dotação orçamentária para Abertura de Crédito Adicional Suplementar Destinado à Contratação de Serviços de Coleta de Lixo	60.000,00
– Empenho de despesa com Aluguel de Imóveis de Interesse da Administração	130.000,00
– Empenho de despesa com as Obrigações Patronais da Folha de Pagamento	170.000,00
– Cancelamento de Dívida Ativa	70.000,00
– Empenho de despesa com Juros sobre a Dívida por Contrato	90.000,00
– Empenho da despesa com Aquisição de Imóveis considerados necessários à realização de obras	250.000,00
– Empenho de despesa com Serviços de Manutenção e Conservação de Vias	140.000,00
– Empenho de despesa com Aquisição de Dois Veículos Novos	110.000,00
– Receitas de Capital Arrecadadas	750.000,00

Nota: do total das despesas de capital empenhadas no exercício de 2014 foi pago no próprio exercício o valor de R\$ 380.000,00.

55. O montante das despesas correntes empenhadas no exercício de 2014 foi de, em reais,
- (A) 650.000,00
 - (B) 880.000,00
 - (C) 740.000,00
 - (D) 940.000,00
 - (E) 790.000,00
56. No exercício financeiro de 2014, o Balanço Orçamentário apresentou um superávit de, em reais,
- (A) 470.000,00
 - (B) 270.000,00
 - (C) 400.000,00
 - (D) 130.000,00
 - (E) 700.000,00
57. O valor das despesas de capital empenhadas inscritas em restos a pagar, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964, foi de, em reais,
- (A) 240.000,00
 - (B) 370.000,00
 - (C) 330.000,00
 - (D) 460.000,00
 - (E) 500.000,00



58. No balancete do subsistema de informações patrimoniais referente ao mês de dezembro de 2014 do Estado do Cerrado do Norte constam, entre outras, as seguintes contas e respectivos saldos (Valores em reais):

– Almoxarifado	35.000,00
– Imposto sobre o Patrimônio e a Renda	195.000,00
– Consumo de Material	85.000,00
– Depreciação Apurada no Exercício	15.000,00
– Ganhos com a Alienação de Imobilizado	45.000,00
– Empréstimos e financiamentos concedidos	20.000,00
– Imposto sobre a Produção e a Circulação	115.000,00
– Créditos Tributários a Receber – Curto Prazo	25.000,00
– Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	55.000,00
– Empréstimos a Longo Prazo Interno	90.000,00
– Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	40.000,00
– Valor Bruto de Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	75.000,00
– Remuneração Pessoal Ativo Civil – Abrangidos pelo RPPS	175.000,00
– Resultados Acumulados – Exercícios Anteriores	30.000,00

Considerando as contas classificadas na classe 4 – Variações Patrimoniais Aumentativas e na classe 3 – Variações Patrimoniais Diminutivas, conforme estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, e a estrutura da Demonstração das Variações Patrimoniais, o resultado patrimonial apurado no período é de, em reais,

- (A) 165.000,00
- (B) 140.000,00
- (C) 185.000,00
- (D) 180.000,00
- (E) 160.000,00

59. No que tange aos instrumentos de planejamento e orçamento, segundo a Constituição Federal, o Plano Plurianual

- (A) será elaborado no primeiro ano de mandato presidencial e terá vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial subsequente.
- (B) estabelecerá, para cada exercício financeiro, todas as despesas relativas às dívidas públicas interna e externa e as receitas que as atenderão.
- (C) estabelecerá as metas e prioridades da Administração pública, orientando a elaboração da Lei Orçamentária Anual e as alterações na legislação tributária.
- (D) compreenderá o orçamento fiscal referente aos três Poderes, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- (E) será elaborado no último ano de mandato presidencial, para vigorar no primeiro ano de mandato presidencial subsequente, com vigência de quatro anos.

60. As regras norteadoras para todo o processo orçamentário válido para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos – União, Estados, Distrito Federal estão estabelecidas em princípios orçamentários. O princípio orçamentário da

- I. Isonomia determina que os orçamentos da Administração direta e indireta não tenham tratamento diferenciado quando houver necessidade de limitação de empenho.
- II. Unidade ou Totalidade determina a existência de orçamento único para cada um dos entes federados – União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- III. Exclusividade determina que os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário não realizarão despesas não compatíveis com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- IV. Anualidade ou Periodicidade delimita o exercício financeiro orçamentário: período de tempo ao qual a previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na LOA irão se referir.
- V. Universalidade determina que a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, IV e V.
- (B) I e V.
- (C) III, IV e V.
- (D) I, II e III.
- (E) I, III e IV.



61. Na Lei Orçamentária Anual, para o exercício de 2015, de determinado ente público, a estimativa de arrecadação de receitas de capital foi de R\$ 198.750.000,00. Classificam-se como receitas de capital, entre outros, os valores recebidos referentes a
- (A) aluguel de imóveis de propriedade do ente público.
 - (B) dívida ativa do imposto sobre a propriedade territorial rural.
 - (C) amortização de empréstimos.
 - (D) concessões e permissões do direito de exploração de serviços públicos de transporte.
 - (E) contribuições de melhoria decorrentes da valorização de propriedade em função de pavimentação asfáltica.

Atenção: Para responder as questões de números 62 e 63, considere as seguintes informações, relativamente a classificação da despesa orçamentária e abertura dos créditos adicionais:

O secretário estadual da saúde de determinado ente público, no mês de março de 2015, autorizou a abertura de licitações, objetivando a aquisição de cinquenta computadores e impressoras para utilização nos hospitais públicos estaduais pelo valor estimado de R\$ 140.000,00.

62. Ao elaborar o edital de licitação, o contador verificou que na Lei Orçamentária, para o exercício de 2015, não constou a dotação orçamentária específica destinada a realização de tais despesas. Neste caso, deve ser aberto crédito adicional
- (A) suplementar.
 - (B) de remanejamento de dotação.
 - (C) emergencial.
 - (D) de realocação de dotação.
 - (E) especial.

63. As despesas orçamentárias com a aquisição dos cinquenta computadores e impressoras serão classificadas no elemento de despesa
- (A) ativo imobilizado.
 - (B) material permanente.
 - (C) investimentos.
 - (D) inversões financeiras.
 - (E) bens móveis.

64. Acerca da classificação da despesa orçamentária, no que tange à estrutura programática, a despesa realizada com a construção de um viaduto, nos termos da Portaria MOG nº 42/1999, refere-se a uma ação de governo denominada de
- (A) projeto.
 - (B) subprograma.
 - (C) atividade.
 - (D) função.
 - (E) obras e instalações.

65. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, uma das etapas da despesa é o planejamento, o qual abrange, entre outros, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, a qual, segundo a Lei complementar nº 101/2000, será estabelecida pelo
- (A) Poder Legislativo, até trinta dias após a publicação dos orçamentos.
 - (B) Departamento Financeiro da entidade, após ciência ao Tribunal de Contas.
 - (C) Controle interno, após ciência ao órgão de controle externo.
 - (D) Poder Executivo, até trinta dias após a publicação dos orçamentos.
 - (E) Poder Executivo, após ciência ao Tribunal de Contas.



66. O Controle Externo e o Sistema de Controle Interno de cada Poder, segundo a Constituição Federal, podem exercer fiscalizações nas entidades da Administração direta e indireta. Estão previstas na Constituição Federal as seguintes fiscalizações, EXCETO:
- (A) operacional.
 - (B) contábil.
 - (C) fiscal.
 - (D) patrimonial.
 - (E) financeira.
-
67. O Sistema de Controle Interno deve ser mantido, de forma integrada, por cada Poder da Federação (Legislativo, Executivo e Judiciário). Segundo a Constituição Federal, o Sistema de Controle Interno, tem a finalidade de, entre outras,
- (A) apoiar o Controle Externo no exercício de sua missão institucional.
 - (B) apreciar as contas prestadas anualmente pelos ordenadores de despesa do respectivo Poder.
 - (C) representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos verificados na execução dos orçamentos.
 - (D) fiscalizar a legalidade da execução das receitas e despesas aprovadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (E) avaliar o cumprimento das metas previstas na Lei Orçamentária Anual.
-
68. Com relação à fiscalização da gestão fiscal, no âmbito dos Estados, quando for constatado que o montante da despesa total com pessoal do Poder Executivo ultrapassou 90% do limite, segundo a Lei Complementar nº 101/2000, o
- (A) Controle Interno e o Tribunal de Contas determinarão ao Poder Executivo que observe os limites de gastos de pessoal.
 - (B) Tribunal de Contas alertará o Poder Executivo.
 - (C) Tribunal de Contas determinará ao Poder Executivo a redução imediata do montante das despesas de pessoal.
 - (D) Tribunal de Contas determinará ao Poder Executivo a eliminação do percentual excedente, nos dois quadrimestres seguintes.
 - (E) Controle Interno alertará o Poder Executivo.
-
69. Nos trabalhos realizados pela auditoria interna no departamento de compras e vendas da empresa Distribuidora de Prêmios e Brindes do Sul S/A, foi constatada a aquisição de materiais de escritório sem nota fiscal no valor de R\$ 165.000,00. De acordo com a NBC TI – Da Auditoria Interna, os fatos, as informações e provas obtidas no curso da auditoria constituem registros
- (A) na ata de registros de achados de auditoria interna.
 - (B) no parecer dos auditores internos.
 - (C) na conclusão dos trabalhos da auditoria interna.
 - (D) nos papéis de trabalho.
 - (E) no certificado de auditoria interna.
-
70. Nas auditorias realizadas das demonstrações contábeis, conforme as evidências de auditoria obtidas, o auditor independente deve expressar a seguinte opinião, EXCETO:
- (A) opinião adversa.
 - (B) opinião sem ressalvas.
 - (C) abstenção de opinião.
 - (D) opinião com ressalva.
 - (E) opinião pela irregularidade.



DISCURSIVA-REDAÇÃO

Atenção:

Conforme Edital do Concurso, Capítulo X, itens:

"10.6. Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) estiver em branco; f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 10.7. Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela banca examinadora. 10.8. Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10.9. A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta)."

Instruções:

- NÃO é necessária a colocação de Título na Prova de Redação.

A taxa de reincidência de prisioneiros libertados nos Estados Unidos é de 60%; na Inglaterra, de 50%; na Noruega, de 20%.

A prisão de Halden foi projetada para incorporar a ideia que os noruegueses têm de execução penal: a pena é a privação da liberdade, não o tratamento cruel. O objetivo é a reabilitação, não a vingança.

"Fundamentalmente, acreditamos que a reabilitação do prisioneiro deve começar no dia em que ele chega à prisão", afirma a ministra júnior da Justiça da Noruega, Kristin Bergersen: "a reabilitação do preso é do maior interesse público, em termos de segurança".

(Adaptado de: <http://www.conjur.com.br/2012-jun-27/noruega-reabilitar-80-criminosos-prisoos>)

Considerando o que se afirma acima, redija um texto dissertativo-argumentativo a respeito do tema:

Sistema prisional e ressocialização do preso

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30